



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO  
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO  
RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS**

<b>TIPO DE AUDITORIA</b>	<b>: AUDITORIA DE GESTÃO</b>
<b>EXERCÍCIO</b>	<b>: 2010</b>
<b>PROCESSO Nº</b>	<b>: 35000.000279/2011-77</b>
<b>UNIDADE AUDITADA</b>	<b>: 510001 - COORD.GERAL DE FINANÇAS DO INSS NO DF</b>
<b>MUNICÍPIO - UF</b>	<b>: Brasília - DF</b>
<b>RELATÓRIO Nº</b>	<b>: 201108705</b>
<b>UCI EXECUTORA</b>	<b>: SFC/DPPAS - Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Previdência Social</b>

Senhor Coordenador-Geral,

Em atendimento à determinação contida na Ordem de Serviço n.º 201108705, e consoante o estabelecido na Seção III, Capítulo VII da Instrução Normativa SFC n.º 01, de 06/04/2001, apresentamos os resultados dos exames realizados sobre o processo anual de contas apresentado pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

## **I - INTRODUÇÃO**

2. Os trabalhos de campo conclusivos foram realizados no período de 21.03.2011 a 24.05.2011, por meio de testes, análises e consolidação de informações coletadas ao longo do exercício sob exame e a partir da apresentação do processo de contas pela Unidade auditada, em estrita observância às normas de auditoria aplicáveis ao Serviço Público Federal. Nenhuma restrição foi imposta à realização dos exames.

## **II – RESULTADOS DOS TRABALHOS**

3. Verificamos no processo de contas da Unidade a existência das peças e respectivos conteúdos exigidos pela IN/TCU n.º 63/2010 e pelas DN/TCU n.º 107 e n.º 110/2010.

4. Em conformidade com o que estabelece o Anexo III da DN/TCU n.º 110/2010, e em face dos exames realizados, efetuamos as seguintes análises:

### **4.1 Avaliação dos Resultados Quantitativos e Qualitativos da Gestão**

Em cumprimento à missão institucional e às diretrizes governamentais, o INSS, por meio dos

Programas constantes do Plano Plurianual, executa um conjunto de ações voltadas à melhoria da gestão e do atendimento, ao reconhecimento do direito e ao pagamento de benefícios, à promoção da inclusão no Regime Geral, à ampliação e reforma da rede de atendimento, à renovação do parque tecnológico, à atualização dos cadastros de segurados e seus dependentes e à qualificação profissional do quadro de servidores. Essas ações foram objeto de acompanhamento por esta CGU, e serviram de base para a avaliação dos resultados quantitativos e qualitativos da gestão do Instituto, conforme apresentado a seguir:

510006 – SETORIAL CONTÁBIL DISTRITO FEDERAL					
Programa 083 – Previdência Social Básica					
Ação 2635 (RAP 2009) – Capacitação de Servidores para Reconhecimento de Direitos Previdenciários					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
Física	-0-	-0-	-0-	A ação 2635 foi assumida pela Coordenação-Geral de Educação Continuada em 2009. Os valores inscritos em RAP referem-se à reserva para reembolso de bilhetes de passagens terrestres referentes a ações educacionais para a área de benefícios ocorridas no final do exercício de 2009.	Foi solicitado às Unidades Descentralizadas (RH), informações sobre os valores inscritos em RAP, não utilizados. De acordo com as informações recebidas, não foram apresentados novos bilhetes de passagens terrestres. Assim, foi expedido memorando à DIROFL, solicitando o cancelamento dos valores inscritos e reinscritos para o RAP de 2009.
Financeira	6.705,00	1.186,00	17,69		
Ação 009W – Compensação Previdenciária					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
Física		1 2604,9	260489,7	A meta física foi subestimada na LOA, registrada erroneamente como 1,000, ao invés de 200.000 compensações decididas no exercício. Em dez/2010 foram pagos valores relativos a um total de 246.211 requerimentos deferidos pelo INSS. Na maioria das Superintendências Regionais a operacionalização da compensação previdenciária é realizada apenas por um servidor, que tem outras atribuições, causando atrasos nas decisões dos requerimentos dos entes federativos, na consolidação dos requerimentos do INSS como Regime Instituidor, dificultando o gerenciamento do processo de compensação. Foi incluído na meta	Atualmente, o INSS já decidiu aproximadamente 80% das compensações requeridas pelos entes federativos ao RGPS como regime de origem e cerca de 18% ao RGPS como regime instituidor. Foi incluído o pagamento de Autorizações para Pagamento – AP, que após acerto no sistema Comprev devido a erro nos dados bancários, foram emitidas individualmente, totalizando o valor executado de R\$ 1.303.469.944. Está em fase de proposta, a criação de indicadores de compensação que possam mensurar a idade média do acervo dos requerimentos do RGPS, além dos candidatos à compensação previdenciária

				financeira prevista e na executada o valor de R\$ 127.945.485, referente a RAP 2009, relativos ao pagamento de valores de fluxo de compensação previdenciária.	
<b>Financeira</b>	1.511.375.443,00	1.431.415.429,00	94,71		
<b>Ação 2294 – Defesa Judicial da Previdência Social Básica</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	1200000	1938709	161,56	Em relação à realização física da ação, a alteração na metodologia de mensuração realizada em 2009, em razão do descredenciamento dos advogados privados a partir de dezembro/2008, determinou a apuração do quantitativo de acordo com os relatórios do Sistema Integrado de Controle das Ações da União (SICAU). Assim, foram produzidas, em 2010, 1.938.709 peças processuais pela PFE/INSS, o que constitui 161,56% do que foi programado. Foram incluídos na meta financeira prevista R\$ 726.457,00 e na executada R\$ 689.387,00, relativos a RAP 2009. O saldo a pagar de R\$ 37.070,70 corresponde a 5,37% do valor total. Desse saldo, verifica-se que o valor de R\$ 34.770,62 refere-se à rubrica “3390.33.00 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO”.	O gestor esclareceu que o orçamento para 2010 foi insuficiente para pagar todas as despesas do ano, restando um valor a ser pago a título de perícias médicas judiciais relativas ao mês de dezembro, especialmente no Estado de São Paulo.
<b>Financeira</b>	26.726.457,00	26.444.062,00	98,94		
<b>Ação 2593 – Funcionamento das Unidades Descentralizadas da Previdência Social</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	1850	1617	87,41	Nesta Ação são custeadas despesas operacionais como: vigilância, limpeza, água e esgoto, energia elétrica, reprografia, manutenções de prédios e equipamentos, deslocamentos, dentre outras. Em 2010 foi prevista a inauguração de 325 novas Unidades de Atendimento	Dos recursos empenhados em 2010, parte foi inscrito em Restos a Pagar - RAP, como parte das despesas da competência dezembro/2010, somando R\$ 35 milhões. Em 2011 será liquidada quase a totalidade desse valor, visto que são despesas já contratadas. Os valores inscritos em RAP de 2009 para 2010 foram quase que integralmente liquidados. Para 2011, os valores

				(obras contratadas no final de 2009). Porém, devido a problemas como intempéries climáticas, não autorização de concurso público, e limite orçamentário, maioria das inaugurações ficou para 2011. Foram custeadas ainda despesas com a contratação temporária de engenheiros e médicos peritos. Foram incluídos na meta financeira prevista e executada, respectivamente os valores de R\$ 53.591.498,00 e R\$ 50.630.339,00, referentes a RAP 2009.	ainda em tramitação para aprovação/disponibilização são inferiores àqueles executados em 2010, exigindo que o INSS promova programa de redução de custos, com vistas a otimizar a aplicação dos recursos disponibilizados.
<b>Financeira</b>	633.591.498,00	560.239.970,00	88,42		
<b>Ação 2564 – Gestão de Cadastros para a Previdência Social</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	2713000	2790640,59	102861,8	Houve divergência nos dados referentes à meta física na LOA. Foram incluídos na meta financeira prevista e executada, respectivamente os valores de R\$ 8.104.447,00 e R\$ 6.483.497,00, referentes a RAP 2009, de despesas decorrentes do contrato de prestação de serviços com a Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev.	A previsão física apresentada na LOA não corresponde ao histórico realizado nos anos anteriores e nem ao previsto para o ano de 2010, indicando a ocorrência de falha no processo de revisão quantitativa da PLOA. O número correto previsto é 2.713.000,000. Com essa correção, a realização física se comportaria satisfatoriamente em relação ao programado (102,86%).
<b>Financeira</b>	113.148.876,00	84.861.478,00	75		
<b>Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa 083</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	-0-	-0-	-0-	Com a criação da Diretoria de Saúde do Trabalhador, em agosto/2009, as atividades foram replanejadas, onerando outras ações do Programa. A realização da “operação padrão” a partir do final de 2009 e a greve deflagrada pelos peritos médicos, de meados de junho a setembro/2010, prejudicaram a realização das atividades previstas. A revisão dos Atos Normativos da Diretoria de Benefícios, também não foi terminada. Foram incluídos na meta	Para não haver prejuízos, garantir os serviços e não comprometer os resultados do Programa, foi utilizado o recurso de videoconferência, em substituição a algumas já ações programadas, inclusive atividades de capacitação, vinculadas a outro Programa, o que resultou na redução dos gastos da Ação sem, contudo, comprometer o atingimento dos objetivos.

				financeira prevista e executada, respectivamente, os valores de R\$ 939,00 e R\$ 611,00, referentes a RAP 2009, correspondentes à liquidação de despesas de ressarcimento de passagens terrestres.	
<b>Financeira</b>	7.500.939,00	5.130.521,00	68,4		
<b>Ação 2571 – Orientação do Reconhecimento do Direito aos Segurados Referentes aos Benefícios Previdenciários</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	700000	879031	125,58	Devido ao concurso público para contratação de novos profissionais, houve um aumento significativo no quadro de assistentes sociais. A capacitação desse contingente em 2010, contribuiu para o aumento da execução da meta física. Foram incluídos na meta financeira prevista e executada, respectivamente, os valores de R\$ 37.490,00 e R\$ 32.193,00, referentes a RAP 2009.	A meta física superou a meta orçamentária em virtude das diversas ações realizadas pelo serviço social. Não obstante a execução, foram dadas orientações às equipes do serviço social no aprimoramento do controle e monitoramento das metas físicas e orçamentárias. Já foi solicitado o cancelamento dos RAP.
<b>Financeira</b>	2.137.490,00	1.855.206,00	86,79		
<b>Ação 0137 – Pagamento de Abono de Permanência em Serviço</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	1561	436	27,93	A previsão física encaminhada pelo INSS para o orçamento de 2010 não correspondeu à meta estipulada na LOA para esta Ação, acarretando um percentual de execução aquém do efetivamente realizado. Foram incluídos na meta financeira prevista e executada, respectivamente, os valores de R\$ 37.490,00 e R\$ 32.193,00, referentes a RAP 2009.	As divergências na meta física deveram-se a falhas na inserção dos dados. O valor do RAP pago em janeiro correspondeu à maciça de dezembro de 2009, e foi quitado em 2010.
<b>Financeira</b>	4405901	3530605	80,13		
<b>Ação 0010 – Pagamento de Aposentadorias - Área Rural</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	5868320	5954697	101,47	A meta física proposta foi ligeiramente subestimada, visto uma quantidade de requerimentos além da prevista. Foi incluído na meta financeira prevista e na executada,	Quanto à execução, a Ação teve desempenho satisfatório. O valor do RAP pago em janeiro correspondeu à maciça de dezembro de 2009, e foi quitado em 2010.

				respectivamente, o valor de R\$ 1.982.229.581,00, referente a RAP 2009.	
<b>Financeira</b>	40.358.748.548,00	40.358.748.037,00	100		
<b>Ação 0132 – Pagamento de Aposentadorias - Área Urbana</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	9564632	9443058	98,73	A meta física proposta foi ligeiramente superestimada, visto uma quantidade de requerimentos aquém da prevista. Foi incluído na meta financeira prevista e na executada, respectivamente o valor de R\$ 6.334.946.799,00, referente a RAP 2009.	Embora a meta física tenha sido superestimada, a Ação foi satisfatória em relação a sua execução. O valor do RAP correspondeu à maciça de dezembro de 2009, e foi quitado em 2010.
<b>Financeira</b>	124.876.924.388,00	124.597.773.770,00	99,77		
<b>Ação 0133 – Pagamento de Aposentadorias Especiais</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	459889	375479	81,65	A meta física inicialmente proposta foi superestimada, visto uma quantidade de requerimentos aquém da prevista. Foi incluído na meta financeira prevista e na executada, respectivamente, o valor de R\$ 405.326.067,00, referente a RAP 2009.	Embora a meta física tenha sido superestimada, a Ação foi satisfatória em relação a sua execução. O valor do RAP corresponde à maciça de dezembro de 2009, e foi quitado em 2010.
<b>Financeira</b>	7.567.853.277,00	7.567.853.276,00	100		
<b>Ação 0136 – Pagamento de Auxílio-Doença Previdenciário, Auxílio-Doença Acidentário e Auxílio-Reclusão – Área Urbana</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	2101386	1290821	61,43	A meta física proposta foi superestimada, visto uma quantidade de requerimentos aquém da prevista. A queda na quantidade de benefícios por incapacidade, pode estar relacionada à greve dos peritos médicos e a consequente indisponibilidade de agendamento imediato de perícias. Embora o aumento nas solicitações, estas foram inferiores à quantidade prevista inicialmente. Foram incluídos na meta financeira prevista e executada, respectivamente os	Não obstante a meta física tenha sido superestimada, a Ação foi satisfatória em relação a sua execução. O valor do RAP corresponde à maciça de dezembro de 2009, quitado em 2010.

				valores de R\$ 931.568.604,00 e R\$ 931.562.355,00, referentes a RAP 2009.	
<b>Financeira</b>	19.206.955.123,00	19.064.653.429,00	99,26		
<b>Ação 001P – Pagamento de Auxílio-Doença Previdenciário, Auxílio-Doença Acidentário e Auxílio-Reclusão – Área Rural</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	171301	151237	88,29	A meta física inicialmente proposta foi superestimada, visto uma quantidade de requerimentos aquém da prevista. Foi incluído na meta financeira prevista e na executada, respectivamente o valor de R\$ 53.667.282,00, referente a RAP 2009.	Embora a meta física tenha sido superestimada, a Ação foi satisfatória em relação a sua execução. O valor do RAP corresponde à maciça de dezembro de 2009, quitado em 2010.
<b>Financeira</b>	1199543901	1181208532	98,47		
<b>Ação 001Q – Pagamento de Pensões – Área Rural</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	2209684	2108112	95,4	A meta física proposta foi ligeiramente superestimada, visto uma quantidade de requerimentos aquém da prevista. Foi incluído na meta financeira prevista e na executada, respectivamente o valor de R\$ 708.164.487,00, referente a RAP 2009.	Embora a meta física tenha sido superestimada, a Ação foi satisfatória em relação a sua execução. O valor do RAP corresponde à maciça de dezembro de 2009, quitado em 2010.
<b>Financeira</b>	14.627.829.108,00	14.627.829.108,00	100		
<b>Ação 0134 – Pagamento de Pensões – Área Urbana</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	4867291	4652978	95,6	A meta física proposta foi ligeiramente superestimada, visto uma quantidade de requerimentos aquém da prevista. Foi incluído na meta financeira prevista e na executada, respectivamente, o valor de R\$ 2.509.791.352,00, referente a RAP 2009.	Embora a meta física tenha sido superestimada, a Ação foi satisfatória em relação a sua execução. O valor do RAP corresponde à maciça de dezembro de 2009, quitado em 2010.
<b>Financeira</b>	50.178.495.194,00	50.78.494.060	100		
<b>Ação 0117 – Pagamento de Salário-Família</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>

<b>Física</b>	185537	74983	40,41	A meta física proposta foi superestimada, visto uma quantidade de requerimentos aquém da prevista. Foram incluídos na meta financeira prevista e executada, respectivamente os valores de R\$ 2.392.474,00 e R\$ 2.390.229,00, referentes a RAP 2009.	Embora a meta física tenha sido superestimada, a Ação foi satisfatória em relação a sua execução. O valor do RAP corresponde à maciça de dezembro de 2009, quitado em 2010.
<b>Financeira</b>	50.686.076,00	48.789.852,00	96,26		
<b>Ação 001R - Pagamento de Salário-Maternidade - Área Rural</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	18828	43236	229,64	A meta física proposta foi subestimada, visto uma quantidade de requerimentos além da prevista. Foi incluído na meta financeira prevista e na executada, respectivamente, o valor de R\$ 34.930.172,00, referente a RAP 2009.	Embora a meta física tenha sido superestimada, necessitando de ajustes, a Ação foi satisfatória em relação a sua execução. O valor do RAP corresponde à maciça de dezembro de 2009, quitado em 2010.
<b>Financeira</b>	677.061.016,00	663.976.118,00	98,07		
<b>Ação 0141 – Pagamento de Salário-Maternidade – Área Urbana</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	33507	75353	224,89	A meta física proposta foi subestimada, visto uma quantidade de requerimentos além da prevista. Foram incluídos na meta financeira prevista e executada, respectivamente os valores de R\$ 29.235.441,00 e R\$ 29.224.643,00, referentes a RAP 2009.	Embora a meta física tenha sido subestimada, necessitando de ajustes, a Ação foi satisfatória em relação a sua execução. O valor do RAP corresponde à maciça de dezembro de 2009, quitado em 2010.
<b>Financeira</b>	699.834.781,00	691.334.107,00	98,79		
<b>Ação 8440 – Recadastramento Previdenciário</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	1800000	182958	10,16	O saldo físico das pendências do Censo Previdenciário finalizado em 31/12/2009, informado/corrigido na LOA foi de 1.800.000. Foram executados 182.958, ou seja, 10,16 % do previsto. As ações se concentraram na realização de Pesquisa Externa (PE) do Censo, convocação de segurados não	O gestor informou que quando da etapa qualitativa de avaliação do PPA, o fato ocasionou a exclusão desta ação para o exercício de 2011, ficando essa atividade incorporada à ação do reconhecimento de direitos (2591). O valor referente ao RAP é devido a quitação do reembolso com pesquisas externas.



				localizados e da verificação de direitos, implicando uma atuação direta dos servidores das APS, que também estavam simultaneamente cumprindo outras atribuições. Foram incluídos na meta financeira prevista e executada, respectivamente os valores de R\$ 95.362,00 e R\$ 93.196,00, referentes a RAP 2009.	
<b>Financeira</b>	4.095.362,00	447.128,00	10,92		
<b>Ação 8426 – Regularização e Desimobilização de Imóveis do INSS</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	500	74	14,8	O desequilíbrio na execução física e financeira, e o desvio entre a meta planejada e o valor efetivamente executado da referida Ação, deveu-se ao fato de que nem sempre a execução dos serviços planejados ocorre ou coincide com o período da liberação financeira, visto que a maioria deles não depende somente do INSS (Caixa Econômica, Prefeituras, Cartórios), impossibilitando consolidar a informação dos serviços, já que os mesmos não são executados e concluídos par e passo com a liberação do financeiro. Foi incluído somente na meta financeira prevista o valor de R\$ 3.967,00, referente a RAP 2009.	O gestor não informou as providências adotadas e os impactos sobre a realização da ação em razão das divergências entre o previsto e o executado tanto na meta física quanto na financeira. Quanto ao RAP, informou que está providenciando seu cancelamento.
<b>Financeira</b>	603.967,00	423.698,00	70,15		
<b>Ação 2A57 – Remuneração dos Serviços Postais</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	40000000	43288291	108,22	A execução da meta física superior ao previsto foi em razão da emissão de correspondência com a informação de rendimentos do Imposto de Renda, ter superado a previsão inicial. Foram incluídos na meta financeira prevista e executada, respectivamente os valores de R\$ 4.742.057,00 e R\$ 3.554.516,00, referentes a RAP 2009.	Embora a meta física tenha sido subestimada, a Ação foi satisfatória em relação a sua execução. O RAP inscrito nesta ação é referente às faturas apresentadas em dezembro e que foram quitadas no exercício de 2010.

Financeira	65.242.057,00	44.864.282,00	68,77		
<b>Ação 2578 – Serviço de Perícia Médica</b>					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
Física	10246560	7050716	68,81	A queda na realização de perícias foi motivada pela greve dos peritos médicos e maior adesão ao Movimento pela Excelência na Perícia Médica. Também influenciaram a diminuição do número de requerimentos de Pedidos de Prorrogação e Pedido de Reconsideração, as ações desenvolvidas pela Diretoria de Saúde do Trabalhador, para uniformizar procedimentos e aprimorar a qualificação do Perito Médico, dentre outras. Houve grande número de aposentadorias, exonerações e licenças para tratamento de saúde dos peritos médicos, ocasionando mais deslocamentos de profissionais para a realização de perícias em outras unidades, impactando, também, na execução financeira. Foram incluídos na meta financeira prevista e executada, respectivamente os valores de R\$ 42.557,00 e R\$ 26.575,00, referentes a RAP 2009.	Em relação a diferença entre a meta física prevista e a executada, o gestor esclareceu que, além da greve de médicos peritos, diversas ações motivaram a diminuição da quantidade de requerimentos. O gestor informou também o credenciamento de médicos, por força de Ação Civil Pública, como uma forma de garantir o atendimento à população. Com relação ao RAP 2009, foi solicitado o cancelamento dos valores, uma vez que os recursos não foram utilizados. A Diretoria ressaltou que considera o desempenho, no que diz respeito à meta física e orçamentária, satisfatório, mas será ajustado para o próximo exercício.
Financeira	7042557	6417457	91,12		
<b>Ação 2292 – Serviço de Processamento de Dados de Benefícios Previdenciários</b>					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
Física	280999000	301331984	107,24	Houve um acréscimo no volume de benefícios processados devido ao aumento da demanda, o que já foi ajustado no novo contrato assinado com a Dataprev para 2011. Foram incluídos na meta financeira prevista e executada, respectivamente, os valores de R\$ 36.362.505,00 e R\$ 35.457.208,00, referentes a RAP 2009. Não foi executado todo o orçamento em 2010 pois o mês de dezembro/2010 foi faturado em RAP	O gestor esclareceu a divergência na meta física, e considerou que a ação foi executada em conformidade com o esperado. O RAP 2009 é referente ao pagamento do mês de dezembro/2009 que foi faturado pela Dataprev somente no mês de janeiro/2010.

				no mês de janeiro/2011.	
<b>Financeira</b>	441.332.505,00	417.173.297,00	94,53		
<b>Ação 2585 – Serviço de Reabilitação Profissional</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	43875	17647	40,22	Em 2010 a meta física prevista não correspondeu à nova definição do indicador – segurados atendidos (reabilitados), além de ter sido superestimada. O orçamento aprovado na LOA foi de R\$ 17.000.000,00, com suplementação de R\$ 1.700.000,00, totalizando R\$ 18.700.000,00. Desse total, foram liquidados R\$ 10.984.150,00 (não incluídos os valores referentes ao RAP 2009), representando 58,74% do orçamento. Os valores não liquidados se referem a processos de licitação ainda não concluídos ou não finalizados. Quanto ao gerenciamento do Serviço de Reabilitação Profissional, há dificuldades pela ausência de um sistema efetivo de acompanhamento e da alimentação de dados estatísticos no SIGPlan. A única forma de extração de dados estatísticos é o Boletim Estatístico de Reabilitação Profissional – BERP, alimentado manualmente. O Sistema de Reabilitação Profissional – SRP permite apenas 40 acessos simultâneos. Foram incluídos na meta financeira prevista e executada, respectivamente os valores de R\$ 3.725.003,00 e R\$ 3.647.044,00, referentes a RAP 2009.	Quanto à divergência da meta física prevista e executada, o gestor fez gestões junto à Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica - CGPGE para o ajuste da meta física em 23.238, o que não foi realizado. Com o ajuste proposto, a execução física corresponderia à 76 %. Quanto aos problemas relatados no Sistema de Reabilitação Profissional – SRP, foi encaminhada solicitação à DATAPREV. Não obstante os trabalhos envolvendo o SIBE, a DGARP e a Coordenação de Reabilitação Profissional –CREABP, estão desenvolvendo em conjunto com a equipe do SIBE novos aplicativos, que contemplarão as funcionalidades necessárias aos registros dos programas e possibilitarão a extração de relatórios estatísticos para fins de análise e gestão do processo em Reabilitação Profissional.
<b>Financeira</b>	22425003	14631194	65,25		
<b>Ação – 2591 - Serviço de Reconhecimento de Direitos de Benefícios Previdenciários</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	8006117	9436622	117,86	A meta física ultrapassou o previsto em virtude da facilidade de acesso aos requerimentos de benefícios por meio dos canais de autoatendimento	Embora a meta física tenha sido subestimada, a Ação foi satisfatória em relação a sua execução. O gestor esclareceu ainda que o RAP ocorreu em virtude da realização de

				e ampliação da disponibilidade de agenda por parte das unidades. Foram incluídos na meta financeira prevista e executada, respectivamente, os valores de R\$ 116.748,00 e R\$ 101.826,00, referentes a RAP 2009, de reembolso de despesas com realizações de pesquisas externas e passagens terrestres e aéreas.	reuniões técnicas no final do exercício, sem tempo hábil para a devida quitação dentro do exercício.
Financeira	25.416.748,00	24.665.935,00	97,05		

#### Programa 085 – Qualidade dos Serviços Previdenciários

##### Ação 2562 – Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos

Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
Física	1532	1566	102,22	Na execução da Ação estão envolvidas 3 áreas de atuação: Auditoria, Corregedoria e TCE, cujos recursos estão sob a coordenação da Auditoria-Geral. A meta física prevista foi superada em 2,22%. Foram incluídos na meta financeira prevista e executada, respectivamente os valores de R\$ 16.937,00 e R\$ 1.247,00, referentes a RAP 2009. Com relação ao saldo de R\$ 15.689,73 – a liquidar, o valor se desmembra nas despesas com passagens terrestres (R\$3.859,89) e passagens aéreas (R\$11.829,84), em decorrência da não utilização.	A Ação teve desempenho satisfatório quanto a sua execução. Quanto ao saldo inscrito de Restos a Pagar, foi solicitado o cancelamento do valor a liquidar registrado no SIAFI, referente ao exercício de 2009.
Financeira	15.016.937,00	11.369.826,00	75,71		

##### Ação 2563 – Gerenciamento da Qualidade dos Serviços Previdenciários

Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
Física	1200	1200	100	Em setembro/2010 houve restrição do limite orçamentário, prejudicando a descentralização de recursos para as Superintendências Regionais. Os recursos da Ação foram destinados a diárias e passagens, reuniões técnicas, supervisões e avaliações de resultados, e Ações específicas do Plano de Ação 2010. Foram incluídos na meta financeira prevista e executada, respectivamente, os	A Ação teve desempenho satisfatório em relação a sua execução. Quanto aos Restos a Pagar não constou informações sobre o saldo restante.

				valores de R\$ 23.072,00 e R\$ 5.667,00, referentes a RAP 2009.	
<b>Financeira</b>	7.023.072,00	6.016.364,00	85,67		
<b>Ação 2D15 (RAP 2009) – Gestão da Melhoria Contínua Organizacional – PGA</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	-0-	-0-	-0-	Nesta Ação, os valores da meta financeira prevista e executada são de Restos a Pagar. Os recursos de RAP 2009 foram gastos com indenizações e restituições, e passagens e despesas com locomoção.	Não constou informação sobre o saldo restante de RAP, tendo em vista o não atingimento da meta financeira prevista.
<b>Financeira</b>	24.861,00	5.550,00	22,32		
<b>Ação 10FH – Gestão de Documentos Arquivísticos em Meio Analógico e Digital</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>		30	15	Este foi o terceiro ano de execução do projeto de implantação de Centros de Documentação Previdenciária – CEDOCPREV. Foram implantados até o momento 42 CEDOCPREV, sendo 6 em 2008, 24 em 2009 e 12 em 2010. Quando da alimentação final do SIGPLAN, foi registrado, equivocadamente, a quantidade de 15 implementações, enquanto que o correto é 12. A expectativa de implantação de 30 CEDOCPREV não ocorreu devido a uma série de problemas, como falta de imóvel disponível e adequado nas Gerências-Executivas, e necessidade de reforma dos imóveis disponíveis, aliada à falta de recursos humanos. Há necessidade de servidor técnico especializado, que nem todas as Unidades possuem. Foi incluído na meta financeira prevista e na executada, respectivamente, o valor de R\$ 227.515,00, referente a RAP 2009.	A meta física foi corrigida para 2011, espelhando perfeitamente a programação da Autarquia. Em 2011, serão implantados 101 CEDOCPREV, restando apenas o quantitativo de 59. Quanto ao problema de espaço físico, serão locados alguns imóveis para instalação dos CEDOCPREV, sanando temporariamente o problema. Há indicativo de construção de algumas unidades de arquivo, com o projeto executivo de obra já disponível no portal do INSS. Foram adiantadas todas as reuniões técnicas com as equipes/chefias em 100% das Unidades, procedimento anterior à implantação, o que irá facilitar a implantação do restante dos CEDOCPREV em 2011.
<b>Financeira</b>	3627515	651471	17,96		
<b>Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa (085)</b>					

Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
Física	-0-	-0-	-0-	Para esta ação, não há meta física. Em 2010, houve continuidade dos investimentos em processos institucionais de gestão do atendimento, principalmente a Sala de Monitoramento e reuniões técnicas para o aperfeiçoamento e implantação dos sistemas previdenciários (SAE, SGA, SIGMA, SISBAN e SISBE). Esta Ação custeou ainda visitas de supervisão às Centrais 135 de Caruaru e Recife, de Belo Horizonte e às unidades em obras do Projeto de Expansão da Rede de Atendimento do INSS – PEX. Foram incluídos na meta financeira prevista e executada, respectivamente, os valores de R\$ 561,00 e R\$ 467,00, referentes a RAP 2009.	Conforme informações do gestor, a Ação teve desempenho satisfatório.
Financeira	2.500.561,00	2.230.721,00	89,21		
<b>Ação 11U5 (RAP 2009) – Instalação de Agência da Previdência Social</b>					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
Física	-0-	-0-	-0-	Para esta ação, não há meta física. A Ação refere-se à construção da APS de Betim/MG. Foram emitidas duas notas de empenho no valor de R\$ 1.449.649,00 na ação da emenda (11U5) e de R\$ 455.543,62 na ação 116V, totalizando R\$ 1.905.192,62. Os serviços foram executados no decorrer de 2010, com a utilização do RAP de 2009. A obra foi paralisada por 4 meses, uma vez que foi detectado problema no projeto estrutural.	O não atingimento da meta financeira prevista está relacionado diretamente à não conclusão da obra. O problema estrutural foi solucionado com a colaboração do Setor de Engenharia da Superintendência e a obra está em andamento, com previsão de término em novembro/2011.
Financeira	1449649	250254	17,26		
<b>Ação 116V – Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS</b>					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
Física	491	70	14,26	O grande quantitativo de obras a serem fiscalizadas, o baixo índice de	No tocante às obras, o gestor informou que a Coordenação-Geral de Engenharia e Patrimônio

				preenchimento de vagas no concurso de engenheiro e as diversas auditorias em obras por parte dos órgãos de controle externo e interno, demandando o corpo técnico de engenheiros, refletiu na execução da Ação e na realização de novos projetos. Foram incluídos na meta financeira prevista e executada, respectivamente os valores de R\$ 305.348.687,00 e R\$ 218.077.279,00, referentes a RAP 2009. Das 350 obras programadas, foram concluídas 58, das quais 45 são construções do Projeto de Expansão da Rede de Atendimento - PEX. As demais obras se encontram em execução e têm previsão de conclusão para 2011, com utilização do orçamento já empenhado em 2010.	Imobiliário disponibilizou, em outubro de 2010, os Projetos Executivos Padrões para construção de APS e CEDOCPREV, na tentativa de diminuir os baixos índices alcançados na execução de metas físicas e financeiras.
Financeira	371098687	237009405	63,93		

**Ação 3896 – Modernização Tecnológica para a Qualidade do Atendimento**

Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
Física	18	17,68	98,22	Em relação ao não atingimento da meta financeira, o gestor esclareceu que o processo de aquisição de software foi objeto de entraves administrativos internos. Os demais recursos da Ação foram aplicados no deslocamento de servidores para acompanhamento dos projetos SIBE e CNIS, que estão sob a supervisão direta da Diretoria de Benefícios. Foram incluídos na meta financeira prevista e executada, respectivamente, os valores de R\$ 47.212.635,00 e R\$ 46.138.946,00, referentes a RAP 2009, pela não conclusão do processo de entrega de equipamentos adquiridos em 2009.	Quanto ao contrato firmado em 2010, o gestor esclareceu que a entrega dos equipamentos (servidores, microcomputadores, impressoras e HDs) se dará 2011. Em relação ao saldo restante (recursos não utilizados), foi empenhado em RAP, para execução em 2011, o montante de R\$ 54.546.653,00, em razão da não liberação de limite orçamentário a tempo de fazer a execução dos contratos de compra de equipamentos ainda em 2010.
Financeira	108.098.692,00	51.298.277,00	47,55		

**Ação 4405 – Previdência Eletrônica**

Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
------	----------	----------	---------------------------	--	-----------------------

<b>Física</b>	150000000	128668290	85,78	O atraso na licitação para contratação da nova central provocou a diminuição dos gastos previstos de 2010. Foram incluídos na meta financeira prevista e executada, respectivamente, os valores de R\$ 8.096.953,00 e R\$ 5.380.515,00, referentes a RAP 2009, de manutenção de serviço telefônico.	Não obstante informações sobre a utilização de Restos a Pagar, e das justificativas a respeito dos baixos índices alcançados na execução de metas físicas e financeiras, não houve informações sobre as providências adotadas.
<b>Financeira</b>	125.785.027,00	94.666.108,00	75,26		
<b>Ação 114M (RAP 2009) - Recuperação, Reforma e Modernização do Edifício-Sede do INSS</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	-0-	-0-	-0-	Os serviços executados no exercício de 2010 foram pagos com o RAP inscrito em 2008/2009. A obra foi concluída em abril de 2010 e seu recebimento definitivo ocorreu em 26.07.2010, e os equipamentos estão em fase de garantia. Estão pendentes de execução a entrega por parte da empresa do Alvará de Construção e do HABITE-SE, constando justificativa da empresa no processo.	No que se refere a Restos a Pagar, gestor informou que o valor correspondente ao saldo de empenho, continuará inscrito em RAP, e o pagamento se dará quando da entrega dos serviços. Quanto à execução da Ação, verifica-se que a mesma foi satisfatória, visto que o Edifício-Sede do INSS está em funcionamento.
<b>Financeira</b>	21.861.534,00	21.637.986,00	98,98		
<b>Ação 8869 – Reformas e Adaptações das Unidades do INSS</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	137	67	48,9	Foram incluídas na meta física prevista 107 reformas e executadas 19, a título de RAP. Na meta financeira prevista e executada, respectivamente, foram incluídos os valores de R\$ 61.931.015,00 e R\$ 44.312.337,00, também referentes a RAP 2009. Excluído o RAP, a previsão física inicial constante da LOA 2010, de execução de 30 obras, foi subestimada, visto que foram executadas 48 obras. Porém, no total a execução física foi abaixo da prevista, o que impactou diretamente na execução financeira. As dificuldades se deveram ao grande	Com relação às divergências entre metas previstas e executadas, o gestor esclareceu que estão sendo executadas obras de pequeno valor, e que na previsão inicial constavam obras de grande valor. Os valores empenhados estão relacionados às obras que se encontram em execução e que terão continuidade em 2011 (RAP de 2010). As demais obras se encontram em execução e tem previsão de conclusão para 2011.



				quantitativo de obras a serem fiscalizadas em 2010, sobrecarregando a equipe técnica de engenheiros; o baixo índice de ocupação de vagas de concurso; e o elevado número de auditorias em obras por parte dos órgãos de controle externo e interno.	
Financeira	105931015	58835919	55,54		
<b>Ação 5509 (RAP 2009) – Reformulação das Agências de Atendimento da Previdência Social</b>					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
Física	60	24	40	Esta Ação Orçamentária foi encerrada em 2009, sendo inscrito R\$ 12.126.159,00 em restos a pagar. Embora a execução financeira tenha sido de 59,39%, o restante (40,61%) poderá ser executado no exercício de 2011, uma vez que está inscrito em restos a pagar. Assim, encontram-se em execução 19 obras, que terão continuidade em 2011. Foram concluídas 24 obras, das quais 10 construções e 14 reformas ou adaptações.	A despeito dos baixos índices alcançados na execução de metas físicas e financeiras, verifica-se que a Ação foi encerrada em 2009, e não obstante o atraso na conclusão das obras, os recursos estão inscritos em Restos a Pagar.
Financeira	12.126.159,00	7.201.928,00	59,39		
<b>Programa 088 – Indenizações e Pensões Especiais de Responsabilidade da União</b>					
<b>Ação 009K – Complementação de Aposentadorias e Pensões da RFFSA</b>					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
Física	-0-	-0-	-0-	A complementação foi paga integralmente aos benefícios de aposentadorias e pensões de ex-funcionários da RFFSA. Foi incluído na meta financeira prevista e executada, respectivamente, o valor de R\$ 69.629.249,00, referente a RAP de competência de dezembro de 2009 e pago em janeiro de 2010.	Embora não haja meta física, quanto à execução financeira da Ação, verifica-se que a mesma foi satisfatória.
Financeira	670.918.233,00	620.557.219,00	92,49		
<b>Ação 0536 – Pagamento de Benefícios de Legislação Especial</b>					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas

<b>Física</b>	219784	234849	106,85	Os valores executados se referem ao somatório de benefícios com complementação da ECT/União, benefícios estatutários, benefícios de anistiados, pensões especiais às vítimas de talidomida, pensões especiais das vítimas de hemodíalise de Caruaru/PE, pensões especiais dos portadores de hanseníase, pensões mensais vitalícias para seringueiros e pensões mensais vitalícias de dependentes de seringueiros. Foi incluído na meta financeira prevista e executada, respectivamente, o valor de R\$ 837.546,00, referente a RAP de competência de dezembro de 2009 e pago em janeiro de 2010.	Quanto à execução da Ação, verifica-se que a mesma foi satisfatória. O gestor informou ainda que a diferença do percentual executado deve-se ao fato da solicitação de crédito para o pagamento das indenizações às vítimas de talidomida, não ter sido efetuada de forma integral no ano de 2010.
<b>Financeira</b>	773.206.543,00	648.879.651,00	83,92		

**Ação 2582 – Serviço de Processamento de Dados de Benefícios de Legislação Especial**

<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	102880	874519	850,04	A previsão física na LOA/2010, foi lançada erroneamente. A quantidade de benefícios contratados para processamento é de 1.028.800 (unidade) e não 102.880. Com a correção, o desempenho físico real foi de 85%. A diferença na meta financeira se deve ao pagamento de faturas apresentadas pela Dataprev para processamento desses benefícios. Foram incluídos na meta financeira prevista e executada, respectivamente, os valores de R\$ 80.843,00 e R\$ 73.521,00, referentes a RAP, de pagamento de faturas referentes ao mês de dezembro de 2009, apresentadas pela Dataprev em janeiro de 2010.	Não obstante as informações sobre a utilização de Restos a Pagar, e das justificativas a respeito dos índices alcançados na execução de metas físicas e financeiras, não houve informações das providências adotadas para evitar os lançamentos incorretos.
<b>Financeira</b>	1.106.829,00	784.408,00	70,87		

**Programa 1079 – Educação Previdenciária**

**Ação 2278 (RAP 2009) – Capacitação de Servidores para Disseminação do Conhecimento Previdenciário**

<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
-------------	-----------------	-----------------	-----------------------------------	---	------------------------------

<b>Física</b>	-0-	-0-	-0-	A ação 2278 foi assumida pela Coordenação-Geral de Educação Continuada em 2009. Os valores inscritos em RAP referem-se à reserva para reembolso de bilhetes de passagens terrestres para ações educacionais do Programa de Educação Previdenciária – PEP, ocorridas em 2009.	Foi solicitado às Unidades informações sobre os valores inscritos em RAP, não utilizados e, como não foram apresentados novos bilhetes de passagens terrestres, foi solicitado à Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística - DIROFL, o cancelamento dos valores inscritos e reinscritos em RAP..
<b>Financeira</b>	70.209,00	6.742,00	9,6		

**Ação 2282 – Formação de Disseminadores Externos das Informações Previdenciárias**

<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	11500	13715	119,26	A superação na execução da meta física se deveu à inclusão da ação no Plano de Ação do INSS, o que contribuiu para o cumprimento mensal das metas; e à ampliação do número de educadores capacitados dos Núcleos Locais de Educação Previdenciária. Quanto à execução financeira, esta ficou abaixo do esperado em razão de não terem sido concluídos os processos de aquisição de material didático até o final de 2010. Os valores não puderam ser empenhados. Foram incluídos na meta financeira prevista e executada, respectivamente, os valores de R\$ 62.428,00 e R\$ 60.031,00, referentes a RAP 2009.	Não obstante as informações sobre a utilização de Restos a Pagar, e as justificativas a respeito dos índices alcançados na execução de metas físicas e financeiras, não houve informações das providências adotadas para agilizar a conclusão dos processos licitatórios para aquisição de material didático.
<b>Financeira</b>	712.428,00	326.861,00	45,88		

**Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa (1079)**

<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	-0-	-0-	-0-	Quanto à execução da Ação, a execução financeira ficou abaixo da esperada em razão da impossibilidade de realização de todas as reuniões técnicas previstas para o exercício. Foi incluído na meta financeira prevista o valor de R\$ 209,00, referente a RAP 2009. Não houve valor executado a título de RAP.	Não obstante as informações e justificativas a respeito dos índices alcançados, não houve informações acerca das providências adotadas para o correto dimensionamento da meta.
<b>Financeira</b>	750209	514880	68,65		

Ação 2284 – Promoção de Ações de Conscientização e Informação					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
Física	665000	636855	95,77	As ações de orientação e informação foram direcionadas aos trabalhadores e empregadores, da área urbana e rural e empreendedores individuais. A capacitação dos servidores foi fundamental para a execução da Ação, embora pelas restrições impostas pela lei eleitoral, algumas ações não foram realizadas. A execução financeira ficou abaixo da prevista em razão da não conclusão dos processos para aquisição de material de divulgação, que é feito de forma descentralizada. Foram incluídos na meta financeira prevista e executada, respectivamente, os valores de R\$ 37.004,00 e R\$ 29.757,00, referentes a RAP 2009.	Não obstante as informações e justificativas a respeito dos índices alcançados na execução da meta financeira, não houve informações sobre as providências adotadas para o correto dimensionamento da meta, objetivando o atingimento de índices satisfatórios na sua execução.
Financeira	1.137.004,00	735.030,00	64,64		
Programa 0750 – Apoio Administrativo					
Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Prev. dos Serv. Públicos Fed.					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
Física	-0-	-0-	-0-	Não há meta física para esta Ação. Considerando a compulsoriedade da despesa, a Ação teve atendida sua finalidade na totalidade.	Verifica-se que a execução da Ação teve desempenho satisfatório.
Financeira	716.909.643,00	715.906.483,00	99,86		
Ação 2000 – Administração da Unidade					
Meta	Previsão	Execução	Execução/ Previsão (%)	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências Adotadas
Física	-0-	-0-	-0-	Não há meta física para esta Ação. Embora tenha sido a utilização dos recursos tenha sido satisfatória, as solicitações de demandas com curto prazo de execução e o quantitativo de servidores insuficiente, foram fatores restritivos para uma execução mais eficiente. O gestor estima serem necessários no mínimo, mais 20 servidores para a área. Foram incluídos na meta financeira	Interação entre servidores de outros setores visando a troca de experiências, o aperfeiçoamento na gestão dos contratos, principalmente os de serviços continuados, e solicitação de capacitação para os gestores/fiscais dos contratos vinculados à CGLCO. Verifica-se que a execução da Ação teve desempenho satisfatório.

				prevista e executada, respectivamente, os valores de R\$ 6.869.309,00 e R\$ 5.906.748,00, referentes a RAP 2009, dos quais foram liquidados aproximadamente 76,59%.	
<b>Financeira</b>	3.460.257.680,00	3.429.356.321,00	99,11		
<b>Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	143760	-0-	-0-	A informação do quantitativo físico executado no exercício de 2010 está prejudicada, visto que a rubrica 82737 (custeio da União/Saúde) inclui tanto os ressarcidos da GEAP quanto os ressarcidos de outras operadoras, sem discriminar a quantidade de dependentes, não refletindo o quantitativo real de beneficiados, com utilização de rubrica única para os ressarcidos tanto pela União, quanto pela GEAP e outras operadoras. O fato do valor do ressarcimento ser escalonado por idade também agrava a dificuldade de mensurar as pessoas beneficiadas. Foram incluídos na meta financeira prevista e executada, respectivamente, os valores de R\$ 637.610,00 e R\$ 637.142,00, referentes ao pagamento complementar de despesas relativas ao exercício de 2009.	Não obstante os problemas relatados, verifica-se que foi atingida a finalidade da ação, com a manutenção do plano de saúde.
<b>Financeira</b>	130.422.305,00	128.895.388,00	98,83		
<b>Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	3557	4228	118,86	Foi atingida a finalidade da ação, considerando que foram atendidas todas as solicitações realizadas no período.	Verifica-se que a execução da Ação teve desempenho satisfatório.
<b>Financeira</b>	3.612.698,00	3.582.530,00	99,16		
<b>Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>

Física	28161	27259	96,8	Foi atingida a finalidade da ação, considerando que todas as solicitações realizadas no período foram atendidas. A quantidade física executada no ano de 2010 manteve-se constante comparativamente ao exercício de 2009.	Verifica-se que a execução da Ação teve desempenho satisfatório.
Financeira	35.437.005,00	34.834.500,00	98,3		
<b>Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
Física	39420	37939	96,24	Foi atingida a finalidade da ação na sua totalidade, considerando a natureza compulsória da despesa. O não atingimento de 100% da meta física e financeira se deu pelas aposentadorias e exclusões ocorridas ao longo do exercício.	Verifica-se que a execução da Ação teve desempenho satisfatório.
Financeira	138.142.469,00	137.583.729,00	99,6		
<b>Programa 087 – Gestão da Política de Previdência Social</b>					
<b>Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
Física	38000	35809	94,23	A diferença entre a execução física e a execução financeira, o gestor deveu-se principalmente à realização de eventos de capacitação à distância. Além disso, o cancelamento de algumas ações educacionais que não foram realizadas na totalidade, devido a alteração de cronograma, e de outras que dependiam do desenvolvimento de sistemas vinculados à área de Benefícios (CNISWEB, CNISVRCI, SIBE), ainda não finalizados. Parte dos recursos foram destinados ao pagamento de curso de pós-graduação de peritos médicos, ainda não concluído. Do valor total do RAP programado em 2009 de R\$ 1.740.839,00 foi executado R\$ 165.984,00 para pagamento de passagens terrestres e aéreas, de eventos realizados no final do ano de	As informações e justificativas a respeito dos índices alcançados na execução da meta financeira imputam o cancelamento e atrasos no cronograma de cursos de capacitação. A despeito disso, o gestor informou que foram realizadas capacitações de âmbito nacional, regional e local, priorizando capacitações à distância.

				2009.	
<b>Financeira</b>	31.740.839,00	21.097.444,00	66,47		
<b>Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	-0-	-0-	-0-	Não há meta física para esta Ação, a qual custeou deslocamentos dos dirigentes e equipes técnicas buscando o aprimoramento da gestão do FRGPS, e a divulgação das políticas de Previdência Social. Foram incluídos na meta financeira prevista e executada, respectivamente, os valores de R\$ 240,00 e R\$ 240,00, a título de RAP 2009, referentes às despesas indenização ou restituição, na competência fevereiro.	Não obstante as informações e justificativas a respeito da utilização dos recursos, os índices alcançados na execução da meta financeira indicam que não houve o correto dimensionamento da meta.
<b>Financeira</b>	1.100.240,00	638.570,00	58,04		
<b>Programa 089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União</b>					
<b>Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis</b>					
<b>Meta</b>	<b>Previsão</b>	<b>Execução</b>	<b>Execução/ Previsão (%)</b>	<b>Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho</b>	<b>Providências Adotadas</b>
<b>Física</b>	41000	54337	132,53	A estimativa física programada considerou somente os aposentados, não incluindo os pensionistas, e por esse motivo ficou subestimada. Quanto ao financeiro a execução foi atendida. Foram incluídos na meta financeira prevista e executada, respectivamente, o valor de R\$ 51.734.089,00 e R\$ 240,00, a título de RAP 2009, referente ao recolhimento de IRRF da folha de pagamento de dezembro/2009 vinculado à despesa de aposentados, utilizado integralmente.	Embora a meta física tenha sido subestimada, verifica-se que a execução da Ação teve desempenho satisfatório.
<b>Financeira</b>	4.919.571.297,00	4.912.978.357,00	99,87		

Examinando-se a previsão e a execução física e financeira das ações realizadas no exercício de 2010, é possível constatar que no Programa Previdência Social Básica (083), das 25 (vinte e cinco) ações executadas em cerca de 68% observou-se que as metas físicas e as metas orçamentário-financeiras apresentaram divergências entre os valores previstos e os efetivamente executados.

Dentre as razões apresentadas pelo gestor para os desvios verificados se destacam: a inserção de dados e/ou valores incorretos, a modificação na metodologia de mensuração de algumas metas e indicadores, e o aumento na demanda por serviços previdenciários.

No Programa Qualidade dos Serviços Previdenciários (085) os impactos nos percentuais de execução e previsão foram observados principalmente nas ações de Gestão de Documentos Arquivísticos em meio Analógico e Digital (10FH), Instalação de Unidades de Funcionamento do INSS (116V), Modernização Tecnológica para a Qualidade do Atendimento (3896), e Reformas e Adaptações das Unidades do INSS (8869). Como justificativa, o gestor informou que as ocorrências se deveram, entre outras, ao atraso em obras previstas que não foram iniciadas ou concluídas, bem como demora na realização e/ou conclusão de processos licitatórios e, ainda, no recebimento de aquisições, inclusive aquelas relacionadas à gestão de tecnologia da informação. Outrossim, a exemplo do exercício anterior, foi identificada uma parcela significativa de recursos inscritos em Restos a Pagar relacionados a obras.

Cabe ressaltar que foram observadas também deficiências na gestão de segurança da informação e na gestão do contrato de prestação de serviços de TI; falhas na gestão de bens patrimoniais e em procedimentos licitatórios; impropriedades no pagamento de benefícios previdenciários e na gestão da compensação previdenciária. Tais falhas impactam diretamente nos resultados operacionais da Unidade no desempenho de suas atribuições, em especial no que tange à execução dos Programas 0083 e 0085.

## 4.2 Avaliação dos Indicadores de Gestão da UJ

A partir de informações constantes no Relatório de Gestão do INSS, item 2.5, foram analisados 16 indicadores utilizados pela Unidade no exercício de 2010, conforme tabela a seguir:

Programa	Indicador	Descrição	Fórmula de cálculo	Utilidade	Mensurabilidade
85	TMEA	Tempo Médio de Espera no Atendimento Agendado	Soma dos tempos compreendidos entre a data da solicitação do agendamento até a data do atendimento / Quantidade de agendamentos marcados	Sim	Sim
	TMEA (Aposentadoria por Idade – Urbana)	Tempo Médio de Espera no Atendimento Agendado no serviço de Aposentadoria por Idade - Urbana	Soma dos tempos compreendidos entre a data da solicitação do agendamento até a data do atendimento / Quantidade de agendamentos marcados	Sim	Sim



	TMEA (Aposentadoria por Idade – Rural)	Tempo Médio de Espera no Atendimento Agendado no serviço de Aposentadoria por Idade - Rural	Soma dos tempos compreendidos entre a data da solicitação do agendamento até a data do atendimento / Quantidade de agendamentos marcados	Sim	Sim
	TMEA (Aposentadoria por Tempo de Contribuição)	Tempo Médio de Espera no Atendimento Agendado no serviço de Aposentadoria por Tempo de Contribuição	Soma dos tempos compreendidos entre a data da solicitação do agendamento até a data do atendimento / Quantidade de agendamentos marcados	Sim	Sim
	TMEA (Pensões)	Tempo Médio de Espera no Atendimento Agendado no serviço de Pensões	Soma dos tempos compreendidos entre a data da solicitação do agendamento até a data do atendimento / Quantidade de agendamentos marcados	Sim	Sim
	TMEA (BPC Idoso)	Tempo Médio de Espera no Atendimento Agendado no serviço de BPC Idoso	Soma dos tempos compreendidos entre a data da solicitação do agendamento até a data do atendimento / Quantidade de agendamentos marcados	Sim	Sim
	TMEA (BPC à Pessoa com Deficiência)	Tempo Médio de Espera no Atendimento Agendado no serviço de BPC à Pessoa com Deficiência	Soma dos tempos compreendidos entre a data da solicitação do agendamento até a data do atendimento / Quantidade de agendamentos marcados	Sim	Sim
	TMEA (Salário Maternidade)	Tempo Médio de Espera no Atendimento Agendado no serviço de Salário Maternidade	Soma dos tempos compreendidos entre a data da solicitação do agendamento até a data do atendimento / Quantidade de agendamentos marcados	Sim	Sim
	TMEA (CTC)	Tempo Médio de Espera no Atendimento Agendado no serviço de Certidão de Tempo de Contribuição - CTC	Soma dos tempos compreendidos entre a data da solicitação do agendamento até a data do atendimento / Quantidade de agendamentos marcados	Sim	Sim
	AAPE	Ações de Auditoria Planejadas e Executadas	Número de ações de auditoria executadas / Número de ações de auditoria planejadas	Sim	Sim
	ACNI	Ações Corretivas Negociadas e Implementadas	Número de ações corretivas implementadas / Número de ações corretivas negociadas	Sim	Sim
83	TMC	Tempo Médio de Concessão	Soma dos tempos de processamento dos benefícios, exceto despachos 03 e 04	Sim	Sim

		/ Quantidade de benefícios concedidos		
IMA	Idade Média do Acervo	Somatório dos tempos de represamento de benefícios / Total de benefícios represados	Sim	Sim
ICRJ	Índice de Concessão em Grau de Recurso Administrativo ou Ação Judicial	Número de benefícios concedidos mediante despachos 3 (recurso administrativo) e 4 (recurso judicial), somado ao número de reativações de Auxílio-Doença (B-31 e B-91) por motivo 02 (decisão judicial) / Número de benefícios concedidos (todos os despachos) somado ao número de reativações de B-31 e B-91 por motivo 02.	Sim	Sim
750	IDCP	Prazo Médio para conclusão de processos administrativos disciplinares / Prazo Previsto de processos concluídos (Relatório Final)	Sim	Sim
	IPAD	Processos instaurados tempestivamente (dentro do prazo prescricional) / Processos Instaurados	Sim	Sim

Conforme verificado na análise das contas de 2010, a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística iniciou, em 6 de setembro de 2010, os estudos objetivando a institucionalização de seus respectivos indicadores de gestão. Como resultado, foram criados os seguintes indicadores: Índice de Desempenho de TCE; Percentual de Alienação de Imóveis, com a finalidade de medir a eficiência da meta de alienação de imóveis; e Índice de Contratos de Vigilância e de Limpeza Apropriados na Competência - ICVLAC, com a finalidade de medir a eficiência da apropriação dos contratos, obedecendo ao princípio contábil do regime da competência. Os referidos indicadores passarão a ser especificados e acompanhados a partir do exercício de 2011.

Em razão da relevância na questão da qualidade no atendimento, é possível destacar, dentre os indicadores utilizados pela Unidade, o TMEA, o TMC e o IMA. Nos resultados obtidos a partir da utilização desses três indicadores, verificamos a seguinte situação:

Indicador	Mensuração média do indicador em 2009 (em dias)	Mensuração média do indicador em 2010 (em dias)	Meta para 2010 (em dias)
TMEA	22	15	20
TMC	22,5	26,5	19

IMA	46,5	33	45
-----	------	----	----

Na análise dos dados, verifica-se uma redução nos indicadores TMEA e IMA em 2010 quando comparado ao exercício anterior. Entretanto, no resultado obtido pelo TMC observa-se uma elevação do tempo médio de concessão de 22,5 dias em 2009 para 26,5 dias em 2010, situação esta que impacta diretamente na qualidade do serviço prestado ao cidadão.

Dentre as medidas adotadas institucionalmente para alcance dessas e de outras metas, destaca-se a elaboração do Termo de Compromisso de Resultados que, entre outros, registra o comprometimento dos gestores do INSS em utilizar os indicadores para a avaliação do seu desempenho, apreciando, periodicamente, a pertinência e a consistência desses indicadores e propondo alterações e inclusões consideradas necessárias. Importante destacar, ainda, o comprometimento dos gestores das Unidades Descentralizadas em cumprir as metas definidas nos indicadores.

Dessa forma, verificamos que todos os indicadores do universo analisado atendem aos critérios de utilidade e mensurabilidade. Conforme constatado em visita realizada na sede da Unidade, os indicadores afetos ao atendimento são monitorados pelos gestores do Órgão Central e das Unidades Descentralizadas por meio da chamada “sala de monitoramento”, proporcionando, em tempo real, uma visão gerencial dos resultados aferidos por meio dos indicadores nas Agências da Previdência Social. Tal ferramenta de controle, conforme verificado no acompanhamento da gestão do Órgão em 2010, permite aos gestores da ponta e do Órgão Central agir tempestivamente em caso de falhas no atendimento. Portanto, verifica-se que os indicadores existentes são adequados para a tomada de decisões gerenciais.

#### 4.3 Avaliação do Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

Na avaliação da estrutura dos controles internos adotada pela Unidade, não foram identificados fatores impeditivos ou restritivos resultantes da aplicação das metodologias de controle. Porém, cabe sinalizar que no tocante à observância de procedimentos de controle, disponibilidade de informações e monitoramento, foram percebidos alguns entraves, particularmente se observadas as dificuldades quanto ao efetivo cumprimento das metas definidas no Plano de Ação 2010, ao desenvolvimento e implantação dos novos sistemas previdenciários e à adoção de providências objetivando atender as recomendações oriundas dos Órgãos de Controle Interno e Externo.

#### 4.4 Avaliação da Situação das Transferências Voluntárias

Na análise das contas da Unidade referentes ao exercício de 2010, verificamos que a mesma transferiu, por meio de Termo de Cooperação, o valor de R\$ 61.294,81 (sessenta e um mil, duzentos e noventa e quatro reais e oitenta e um centavos), referente a despesas com hora-aula de vários servidores da ENAP/MPOG que colaboraram como instrutores no INSS. Consta também em 2010 um destaque orçamentário para a UG/Gestão 333001/33206 – CGOC/PREVIC, para atender despesas de funcionamento da Autarquia, no valor de R\$ 3.032.599,00 (três milhões, trinta e dois mil, quinhentos e noventa e nove reais).

Em consulta ao sistema SIAFI Gerencial, item “Consulta Gerencial de Transferências” não foram identificados convênios e contratos de repasses concedidos pela UJ em 2010, em conformidade com o descrito no item 6 do Relatório de Gestão do INSS.

#### 4.5 Avaliação da Regularidade dos Processos Licitatórios da UJ

As contratações no INSS são realizadas pela Coordenação-Geral de Licitações e Contratos, nos casos de bens e serviços necessários ao funcionamento da Unidade Central, ou que tenham características de impacto nacional, e pelas Gerências Executivas, nas situações que contemplem a gestão das Agências sob sua jurisdição, ou que tenham caráter regional.

No exercício de 2010, a Coordenação-Geral de Licitações e Contratos realizou 23 pregões, 13 dispensas e 21 inexigibilidades, resultando num total de R\$ 802.347.050,44. Desse montante, foram analisados por esta CGU, considerando-se critérios de criticidade e relevância, o montante de R\$ 5.617.585,03, ou 0,77% dos recursos licitados.

Os trabalhos foram desenvolvidos por meio do acompanhamento permanente dos gastos realizado ao longo do exercício, conforme tabelas a seguir:

**Tabela 1: Relação entre os recursos licitados e os recursos analisados**

TIPO DE AQUISIÇÃO DE BENS/SERVIÇOS	VALOR NO EXERCÍCIO (R\$)	%VALOR SOBRE TOTAL	MONTANTE ANALISADO (R\$)	%RECURSOS ANALISADOS
DISPENSA	602.464.723,60	75,09	-	-
INEXIGIBILIDADE	17.140.838,15	2,14	217.695,00	1,3
PREGÃO	182.741.488,69	22,78	5.971.078,03	3,27
TOTAL	802.347.050,44		6.188.773,03	0,77%

**Tabela 2: Síntese das análises realizadas**

Número da Licitação	Contratada	Valor da Licitação	Oportunidade e Conveniência	Modalidade	Fund. da dispensa	Fund. da inexigib.
Pregão 05/2010	VCS Com. de Materiais e Serviços Ltda  Seal Telecom Com. e Serviços de Telecomunicações	R\$ 1.274.100,00	Adequada	Devida	-	-
Pregão 17/2010	Garden Turismo e Eventos Ltda	R\$ 3.587.522,10	Adequada	Devida	-	-

Pregão 23/2010	Stiloplast Indústria e Comércio Ltda	R\$ 486.781,21	Adequada	Devida	-	-
	Adriano José de Moura Sousa ME					
	Impacto Tecnologia e Sistemas de Informação Ltda					
	Expedigraf Gráfica e Papelaria Ltda EPP					
	ME Fortes Ltda					
	Ionice Conceição Alves					
	Office Mix Atacadista Ltda					
	ALM Áudio, Vídeo e Suprimentos p/ Informática Ltda					
	Atlas Comercial e Serviços Ltda ME					
	Via Copa Produtos de Limpeza e Utilidades Ltda					
	Embramar Distribuidora de Materiais Ltda					
	Roma Artigos de Papelaria Ltda					
	Multipaper Distribuidora de Papéis Ltda					
	Tavi Papelaria Materiais de Escritório e Inf. Ltda					
Inexigib. de licitação nº 13/10	Associação Brasileira de Recursos Humanos	R\$ 217.695,00	Adequada	Não se aplica	-	Adequado

Nos processos analisados por esta CGU referentes à atuação do Órgão Central foi verificada a regularidade na realização das licitações e na gestão dos contratos.

Entretanto, nos trabalhos de acompanhamento sistemático das ações governamentais 116V, 5509 e 8869, afetas a obras, foram identificadas falhas em procedimentos licitatórios sob responsabilidade das Unidades Descentralizadas. Tais constatações comprometeram os resultados operacionais das referidas ações, resultando em recomendações pontuais e institucionais.

#### 4.6 Avaliação da Gestão de Recursos Humanos

A evolução do quantitativo de recursos humanos da Autarquia nos últimos três exercícios está demonstrada no quadro a seguir:

<b>Categoria Funcional</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Servidores Ativos	38.672	37.716	37.422
Contratações temporárias (Engenheiros)	-	-	44
Estagiários	5.404	6.852	6.793
Servidores cedidos	829	860	1.064
Pessoal requisitado	18	16	33
<b>Total</b>	<b>44.923</b>	<b>45.444</b>	<b>45.356</b>

O INSS aponta, no Relatório de Gestão 2010, a deficiência quantitativa de recursos humanos como fator prejudicial ao desempenho de sua missão institucional. Verificam-se iniciativas do gestor no sentido de corrigir essa defasagem, dentre as quais destacamos as gestões realizadas junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG, justificando e quantificando as necessidades de pessoal em seus quadros.

No exercício de 2010, comparativamente ao exercício anterior, houve diminuição no quantitativo de servidores efetivos. O quantitativo de servidores egressos foi significativamente superior ao número de servidores que ingressaram na carreira do INSS em 2010.

Outro ponto relevante é a grande concentração de servidores na faixa etária de 51 a 60 anos, aproximadamente 40% (quarenta por cento), o que indica a possibilidade de saída desse quantitativo nos próximos anos, em função do cumprimento dos requisitos legais para a aposentadoria.

Nesse sentido, o INSS está desenvolvendo um estudo para identificação da necessidade de servidores e sua qualificação. Em fevereiro de 2011 foram concluídos os trabalhos relacionados à definição de critérios e levantamento de lotação ideal de servidores nas Agências da Previdência Social. Em março de 2011 iniciaram-se as ações de definição da lotação mínima ideal na área meio do Instituto, que engloba as Gerências Executivas, Superintendências Regionais e Direção Central.

Dessa forma, verifica-se que a Unidade vem adotando providências para a reposição de seus quadros de recursos humanos, com a elaboração de estudos, debates internos e gestões junto ao MPOG.

#### 4.7 Avaliação do Cumprimento pela UJ das Recomendações do TCU e do Controle Interno

##### **Atuação do TCU**

O monitoramento e o controle das recomendações e determinações constantes de Acórdãos e Decisões do Tribunal de Contas da União – TCU, vêm sendo realizados pela Auditoria Interna do INSS com a utilização do sistema CONDEX – Controle e Acompanhamento dos Acórdãos do Tribunal de Contas da União. Os relatórios gerenciais emitidos pelo sistema permitem identificar a situação em que se encontra cada Acórdão/Decisão, bem como as providências já adotadas pelas áreas internas demandadas.

Consta no site do TCU o registro de 189 (cento e oitenta e nove) Acórdãos do exercício de 2010, contendo deliberações dirigidas ao INSS. Verifica-se que desse total de Acórdãos, houve a implementação de 180 (cento e oitenta), representando 95% do total, e a não implementação de 9 (nove) Acórdãos, ou 5% do total, que no sistema se encontram na situação “em implementação”. A maior parte dos Acórdãos expedidos no exercício foram direcionados à área de Recursos Humanos, em função de irregularidades ou falhas formais em atos de concessão de aposentadorias e pensões.

Entretanto, foram identificadas falhas no atendimento a Acórdãos afetos à gestão de benefícios que, em que pese representarem um quantitativo reduzido frente ao total de determinações expedidas pelo TCU à Autarquia no exercício, referem-se à área finalística do Órgão e impactam diretamente no cumprimento de sua missão institucional.

Dessa forma, verifica-se a necessidade de articulação entre a Auditoria Interna e os demais Órgãos Seccionais e Singulares/Específicos, no sentido de monitorar e supervisionar a atuação das Unidades e Órgãos Descentralizados, quanto ao atendimento às determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União.

### **Atuação da CGU**

Objetivando verificar a implementação das recomendações oriundas desta CGU para o INSS no exercício de 2010, foram realizadas análises ao Relatório de Gestão e ao Plano de Providências Permanente da Unidade. Consta no Relatório de Auditoria CGU nº 244083/2010, referente à avaliação das contas de 2009 da UI, 18 (dezoito) constatações que resultaram em 54 (cinquenta e quatro) recomendações. Desse total, foi identificado a ausência de providências por parte do INSS ao atendimento de 6 (seis) recomendações referentes à constatação que trata da queda no desempenho operacional da atividade de perícia médica. Para as demais constatações e recomendações foi verificado a adoção de medidas saneadoras, sendo algumas consideradas em processo de regularização e outras regularizadas.

Com relação aos demais trabalhos realizados por esta CGU, no decorrer do exercício sob exame, foram identificadas falhas operacionais que resultaram em irregularidades no pagamento de benefícios, falta de compensação previdenciária entre o regime geral e os regimes próprios de previdência social, bem como falhas relativas ao desempenho operacional das ações de pagamento de benefícios previdenciários.

### **Atuação da Unidade de Controle Interno**

Quanto à atuação da Auditoria-Geral do INSS no exercício de 2010, de acordo com o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2010, o Relatório de Gestão do Instituto referente à Prestação de Contas/2010 e o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAIN/2010,

foram planejados e realizados 18 (dezoito) Programas de Auditoria. Nesse universo, foram executadas 798 (setecentas e noventa e oito) ações. Esse quantitativo superou em 35,25% a meta estabelecida pela Auditoria de 590 (quinhentos e noventa) ações. Tal fato foi motivado pelo redimensionamento do número de ações previstas, devido à ampliação das mesmas no âmbito das projeções regionais. Ressalte-se que não foram incluídos nesse quantitativo 2 (dois) programas iniciados em 2009, cuja conclusão se deu em 2010, e que totalizaram 129 (cento e vinte e nove) ações.

Os trabalhos se estenderam às unidades de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Florianópolis, Recife, Salvador, Brasília e Manaus, e as atividades desenvolvidas se relacionaram ao Programa Governamental 0085 – Qualidade dos Serviços Previdenciários, Ação 2562 – Auditoria Preventiva e Corretiva em Rotinas, Procedimentos e Processos. Em decorrência desses trabalhos, foram emitidas 3.003 (três mil e três) recomendações. Dessas, foram implementadas somente 351 (trezentos e cinquenta e uma) recomendações, que corresponde ao percentual de 12%. Ainda se encontram em implementação 745 (setecentos e quarenta e cinco) recomendações que estão dentro do prazo e 1.907 (mil novecentos e sete) fora do prazo, atingindo um percentual de 25% e 63%, respectivamente, de recomendações ainda não atendidas. O cumprimento da totalidade de recomendações da Auditoria Geral está previsto para agosto de 2011, conforme estabelecido em recente plano de metas de implementação de recomendações relativas ao exercício de 2010.

#### 4.8 Avaliação da Gestão de Passivos sem Previsão Orçamentária

Trata-se da avaliação da capacidade da UJ em intervir previamente sobre as causas que ensejaram a ocorrência de passivos sem a consequente previsão orçamentária de créditos ou de recursos, bem como as medidas adotadas para a gestão desse passivo.

Importante destacar o entendimento proferido pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 721/2008 – TCU Plenário sobre a matéria:

*“9.8. alertar o INSS, os Ministérios da Previdência Social, do Planejamento, Orçamento e Gestão e à Casa Civil da Presidência da República sobre a ilegalidade de se realizar despesas sem que haja a devida autorização orçamentária (arts. 7º, § 2º, inciso III, e 14 da Lei 8.666/1993, 23 e 24 do Decreto 93.872/1986, 73 do Decreto-lei 200/1967, e 2º, 4º e 60, caput e § 2º, da Lei 4.320/1964), não sendo suficiente para a elidir a irregularidade o fato de a União vir posteriormente a assumir junto às entidades credoras a dívida contraída pelo órgão/entidade contratante, podendo esta corte de contas, em caso de continuidade dessa prática indevida, apenar as autoridades e os servidores públicos envolvidos, ainda que por omissão;”*

Consultas ao SIAFI Gerencial, grupo “OBRIGAÇÕES POR INSUF. CRÉDITOS/RECURSOS”, confirmaram a exatidão dos dados relativos ao reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos consignados no item 3 do Relatório de Gestão da UJ.

O saldo da conta 21.211.11.00 – “Fornecedores por Insuficiência de Créditos/Recursos” foi reduzido em 20,73% ao longo do exercício, passando de R\$ 122,7 milhões para R\$ 97,2 milhões. À exceção do CNPJ 42.422.253/0001-01 (Dataprev), os demais lançamentos estão relacionados com serviços bancários de arrecadação de receitas e pagamento de benefícios administrados pelo INSS.



Conforme informações prestadas pelo gestor, os serviços em questão são de natureza compulsória e não poderiam ser interrompidos à época, sob pena de inviabilizar a Previdência Social, fato esse que poderia causar gravíssimos prejuízos ao Erário, devido à interrupção dos recebimentos das contribuições das empresas e empregados, bem como dos pagamentos das aposentadorias e pensões.

Atualmente, estes serviços de pagamento de benefícios realizados pela rede bancária contratada não geram despesas para o INSS e sim receita, haja vista que no exercício sob análise os mesmos passaram a ser remunerados pela rede bancária prestadora de serviço (a partir de 01 janeiro de 2010), devido a realização do leilão da folha de pagamento de benefícios.

Dessa forma, verifica-se que as medidas tomadas pela UJ para a redução deste passivo incluíram a solicitação de crédito suplementar, e ainda o requerimento de providências ao Ministério da Fazenda no sentido de incluir na proposta orçamentária para o exercício de 2010, na Unidade Orçamentária 71101 – Encargos Financeiros da União, dotação orçamentária específica para esse fim.

#### 4.9 Avaliação da Conformidade da Inscrição de Restos a Pagar

Trata-se da avaliação quanto à conformidade da inscrição de Restos a Pagar no exercício, nos termos do artigo 35 do Decreto nº 93.872/96, conforme item 9 da parte “A” do Anexo III da DN TCU nº 110/2010.

Consulta realizada ao Siafi Gerencial, grupo de itens “RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS – EXERCÍCIO ANTERIOR”, apontou a inscrição de R\$ 185.144.873,32 (cento e oitenta e cinco milhões, cento e quarenta e quatro mil, oitocentos e setenta e três reais e trinta e dois centavos) em RP processados e de R\$ 432.714.285,74 (quatrocentos e trinta e dois milhões, setecentos e quatorze mil, duzentos e oitenta e cinco reais e setenta e quatro centavos) em RP não processados no final do exercício de 2010, na Unidade Orçamentária 33.201 – Instituto Nacional do Seguro Social.

Por meio de aplicação de uma amostra, foram selecionados os seguintes valores para análise:

##### INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR – PERCENTUAL ANALISADO

Restos a Pagar Inscritos em 2009 (A)	Restos a Pagar Analisados (B)	Percentual Analisado (B) / (A)
R\$ 617.859.159,06	R\$ 53.121.033,92	8,60%

Questionado sobre as razões que motivaram as inscrições em restos a pagar na referida amostra, o gestor apresentou os seguintes esclarecimentos:

AMOSTRA DE RAP NÃO PROCESSADO A LIQUIDAR SITUAÇÃO EM 27/04/2011			
NOTA DE EMPENHO	EMPRESA	VALOR(R\$)	JUSTIFICATIVA
2010NE000975	DATAPREV	0,00	Liquidado através da 2011NS000049 em 10/01/2011(anexo)
2010NE900364	EBC	3.256.858,98	Tradicionalmente a EBC encaminha faturas com atraso e por economia de orçamento estamos aguardando a fim de não comprometer orçamento de 2011
2010NE900502	PROVIDER	0,00	Liquidado através da 2011NS000314 em 21/01/2011(anexo)
2010NE900673	A&C	0,00	Liquidado através da 2011NS000272 em 18/01/2011(anexo)
2010NE901534	DATAPREV	6.727.918,23	Tradicionalmente a DATAPREV encaminha faturas com atraso e por economia de orçamento estamos aguardando a fim de não comprometer orçamento de 2011
2010NE901808	DATAPREV	8.376.577,87	Tradicionalmente a DATAPREV encaminha faturas com atraso e por economia de orçamento estamos aguardando a fim de não comprometer orçamento de 2011
2010NE901810	DATAPREV	3.282.638,41	Tradicionalmente a DATAPREV encaminha faturas com atraso e por economia de orçamento estamos aguardando a fim de não comprometer orçamento de 2011

Após a análise dos dados, verificou-se que, no tocante aos RAPs processados, o gestor realizou o pagamento no primeiro mês do exercício subsequente. Quanto aos RAPs não processados, o gestor apresentou como justificativa para inscrição, em 4 das 7 situações questionadas, o atraso no encaminhamento das faturas por parte das empresas contratadas, bem como a economia de orçamento do exercício de 2011. Em que pesem as justificativas apresentadas, essa situação demonstra falhas na gestão financeira da Unidade, uma vez que, sistematicamente, faturas de fornecedores são recebidas intempestivamente, sem que a situação seja regularizada.

Cabe ressaltar que, segundo o princípio da anualidade do orçamento público, as despesas devem ser pagas no exercício em que forem geradas, revestindo-se os restos a pagar, processados e não processados, como exceções a esse princípio e não como regra. Ante o exposto, o conhecimento prévio do comportamento intempestivo na entrega das condições necessárias para que ocorra o pagamento dos bens e serviços contratados evidencia a necessidade de aprimoramento dos controles internos sobre os contratos supracitados, visando impedir que os restos a pagar se configurem como um orçamento paralelo ao orçamento de 2011.

#### 4.10 Avaliação dos Critérios - Chamamento Público

Conforme verificado na contas do INSS no exercício de 2010, não foram registradas situações envolvendo chamamento público de convenientes com entidades privadas sem fins lucrativos.

#### 4.11 Avaliação de Contratos e Convênios - SIASG/SICONV

Na análise comparativa entre os registros de contratos e convênios, respectivamente, nos sistemas SIASG e SICONV, e os contratos firmados pela Unidade Jurisdicionada no exercício de 2010, foram identificadas, inicialmente, divergências. No decorrer dos trabalhos de auditoria de avaliação de gestão, a Unidade adotou medidas para correção das situações identificadas, por meio de ações institucionais que contemplaram a orientação às Unidades Descentralizadas, bem como gestão junto ao MPOG visando obter orientações quanto aos casos de impossibilidade de registro por falhas nos sistemas.

#### 4.12 Avaliação da Entrega e do Tratamento das Declarações de Bens e Rendas

Relativamente à apresentação de declaração de bens e rendas por ocupantes de cargos, empregos ou funções de confiança, conforme exigido pela Lei nº 8.730/1993, verificou-se que no INSS as declarações de rendimentos ou autorizações de acesso aos dados das declarações são arquivadas na pasta funcional de cada servidor localizadas nas seções de Recursos Humanos de cada Unidade Descentralizada.

O controle de entregas é feito pela Divisão Central de Cadastro, por meio de pastas, onde são arquivadas as declarações emitidas por cada chefe de unidade de recursos humanos. Não há controle por meio de sistemas informatizados.

As análises das informações de declarações de renda de servidores, realizadas por amostragem, indicaram a regularidade dos procedimentos adotados pelo INSS para o cumprimento do disposto na Lei nº 8.730/1993.

#### 4.13 Avaliação da Sustentabilidade Ambiental em Aquisições de Bens e Serviços

A Sustentabilidade Ambiental é matéria cada vez mais presente na agenda das organizações. Assim como nas instituições privadas, no setor público deve-se seguir as regras prescritas na legislação ambiental, aplicando-se ao máximo os fundamentos da sustentabilidade ambiental nas atividades da Administração Pública.

No Relatório de Gestão 2010, no quadro de informações quanto à adoção de critérios de

sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e contratações de serviços ou obras, a autoavaliação feita pela Unidade acerca da aplicação de preceitos de sustentabilidade ambiental estabelecidos pela legislação, indicou baixa aplicação desses preceitos em suas operações, uma vez que em 53,8% (cinquenta e três vírgula oito por cento) das respostas, o INSS considerou o fundamento parcialmente aplicado no contexto de suas atividades, e, em 38,5% (trinta e oito vírgula cinco por cento) das respostas, a Autarquia concluiu pela impossibilidade de afirmar a proporção de aplicação do critério em suas operações.

Embora a autoavaliação feita pela Autarquia pareça indicar baixa aderência aos preceitos de sustentabilidade ambiental estabelecidos na legislação, identificam-se, por meio de documentos encaminhados, diversas iniciativas adotadas pelas Diretorias de Recursos Humanos e de Orçamento Finanças e Logística que demonstram a preocupação do Órgão Central com a matéria. Verifica-se que a Unidade, por intermédio de seu Serviço de Qualidade de Vida, elaborou plano de trabalho para adesão ao Programa “Agenda Ambiental na Administração Pública” (Agenda A3P). Além disso, observam-se a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental nas contratações de bens, serviços e obras de engenharia, a realização de reciclagem dos resíduos de papel e a formação de equipes para tratar da coleta seletiva.

#### 4.14 Avaliação da Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Trata-se da análise da qualidade da gestão dos bens imóveis classificados como Bens de Uso Especial, de propriedade da União, ou locados de terceiros, e sob responsabilidade do INSS. As verificações foram efetuadas com base nas informações apresentadas no Relatório de Gestão 2010, e outras informações complementares solicitadas, com foco nos procedimentos de controle mantidos pela Unidade na administração desses imóveis.

O quadro a seguir apresenta os quantitativos de imóveis operacionais e imóveis locados sob a gestão do INSS.

Imóveis de Uso Especial Sob a Responsabilidade do INSS				
Unidade	Imóveis Operacionais 2009	Imóveis Operacionais 2010	Imóveis Locados Pelo INSS 2010	Total de Imóveis de Uso Especial 2010
Direção Central	446	320	0	320
Sudeste I	222	236	69	305
Sudeste II	373	338	127	465
Sul	261	280	14	294
Nordeste	560	620	44	664
Norte/C. Oeste	318	441	61	502
Total	2180	2235	315	2550

A unidade mantém o controle dos imóveis de uso especial por meio do sistema SGPI/Web –

Sistema de Gerenciamento de Patrimônio Imobiliário. Além dos registros de controle próprios, os órgãos da administração pública federal, incluindo-se as autarquias e fundações, estão, por força do Decreto nº 99.672, de 6 novembro de 1990, que instituiu o Cadastro Nacional de Bens Imóveis da União, operacionalizado por meio do Sistema Patrimonial Imobiliário da União - SPIU-NET, e da Portaria Conjunta nº 1.110, de 19 de novembro de 1991, obrigadas a incluir no referido cadastro os Bens Imóveis de sua propriedade.

No entanto, verificou-se que o INSS não mantém registro de seus imóveis de uso especial no sistema SPIU-NET. De acordo com as informações prestadas pela Unidade, foram feitas várias tentativas de inclusão de informações no sistema SPIU-NET, sem sucesso, uma vez que geraram entre outros problemas, inconsistências contábeis no sistema SIAFI. Ainda de acordo com as informações do gestor, foram realizadas reuniões com os responsáveis pelo sistema SPIU-NET, visando buscar uma solução para o problema, todas sem êxito.

#### 4.15 Avaliação da Gestão de Tecnologia da Informação

A análise da gestão do INSS no que concerne às ações ligadas à utilização da Tecnologia da Informação - TI como instrumento de suporte à consecução dos objetivos do negócio indicou falhas na governança de TI da Unidade.

Estão listados a seguir os principais problemas encontrados na gestão de TI da Autarquia. Tais situações resultam em prejuízos operacionais para a Unidade, uma vez que o negócio da Previdência Social é altamente dependente da TI.

Ausência de um Comitê diretivo de TI: Tendo em vista a complexidade do negócio do INSS e a importância da TI para o alcance de seus objetivos, é fundamental que exista um comitê estratégico de TI, ou estrutura formal equivalente, que determine as prioridades de investimento e alocação de recursos nos diversos projetos e ações de TI.

Ausência de Planejamento Estratégico de TI – PETI/PDTI, alinhado ao Planejamento Estratégico Institucional da Unidade: O PDTI visa garantir que as metas e objetivos da TI estejam totalmente vinculados aos objetivos do negócio e às metas da organização, e deve estar alinhado com o planejamento estratégico da organização.

Ausência de Comitê Gestor de Segurança da Informação ou área específica para lidar com a Segurança da Informação: Não há atualmente no INSS área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação. A existência de tal estrutura é fundamental para que as questões de segurança sejam tratadas de maneira consistente. Além disso, ela torna possível à organização avaliar se estão sendo endereçados de modo adequado os recursos humanos e de logística para a implementação dos controles de segurança da informação, e se tais controles estão em consonância com os objetivos do negócio.

Ausência de Política de Segurança da Informação própria do INSS: A Portaria Conjunta nº 01/2008 estabelece a política de segurança da informação no âmbito do MPS e de suas entidades vinculadas. O INSS, devido às responsabilidades, funcionalidades e peculiaridades do seu negócio, necessita de uma norma própria que trate de suas especificidades. O INSS deve ter autonomia quando se trata da

gestão da segurança da informação.

Deficiências na estrutura de pessoal de TI: O quadro atual da CGTI é de 30 pessoas, sendo 24 servidores efetivos (21 efetivos do INSS e 3 cedidos de outros órgãos), 2 servidores não efetivos em cargos de livre nomeação e 4 estagiários. Todos os servidores prestam serviços no Órgão Central em Brasília, não existindo descentralização de apoio na área de tecnologia e informação para Superintendências Regionais, Gerências Executivas e Agências de Atendimento (APS).

A CGTI/INSS tem estrutura e responsabilidades definidas, no entanto, identifica-se que o seu foco é interno, voltado à administração dos processos de serviços de TI, com pouca ou nenhuma influência na estratégia organizacional.

O quadro de pessoal de TI é insuficiente para desempenhar as atribuições da área. A carência de Recursos Humanos, aliada a outros fatores, concorre para a existência de deficiências no acompanhamento de projetos, monitoramento e controle da execução de contratos de prestações de serviços, notadamente o celebrado com a Dataprev. O quantitativo reduzido de servidores não permite a descentralização de serviços, o que é necessário para atender a amplitude dos serviços prestados pelo INSS. De acordo com o gestor, para que a área de TI seja eficiente é necessário que, no mínimo, seja descentralizada até o nível de Gerência Executiva.

Outro ponto a ser destacado é a inexistência de carreiras específicas para pessoal de TI no INSS, o que contribui, de forma significativa, para a evasão do pessoal especializado em TI para órgãos com carreiras estruturadas e melhor remuneradas. De acordo com as informações apresentadas, apenas 11 dos servidores efetivos da CGTI/INSS têm formação específica em TI.

Ausência de Estrutura de Gerência de Projetos: Por meio de um contrato de prestação de serviços, a Dataprev é responsável por prover ao INSS o desenvolvimento de projetos de infraestrutura, sistemas e serviços. No entanto, a definição desses projetos, seus objetivos e o acompanhamento de sua execução são de responsabilidade da área de TI do INSS, por intermédio de suas estruturas de planejamento e gerenciamento de projetos.

No que se refere ao desenvolvimento e manutenção de sistemas, as demandas são feitas diretamente pelas áreas de negócio do INSS, não existindo, por parte da CGTI/INSS, o acompanhamento dos projetos, principalmente com relação aos custos, escopo, cronogramas, conformidade com as especificações definidas, qualidade técnica e satisfação dos clientes quanto aos serviços prestados, visando fundamentalmente intervir tempestivamente, corrigindo erros e desvios.

A ausência de acompanhamento dos projetos se reflete nos resultados pretendidos pelas demandas das áreas de negócio, destacando-se os projetos de construção dos sistemas do Novo Modelo de Gestão – NMG, que têm atrasos significativos em seus cronogramas e cuja não implantação acarreta prejuízos aos serviços prestados pela Autarquia, tendo em vista os problemas dos atuais sistemas de concessão de benefícios, que por suas deficiências tornam constantes as ocorrências de fraudes e pagamentos indevidos de benefícios.

Deficiências na gestão das contratações de TI: A área de TI do INSS não possui um processo de trabalho bem definido e estruturado para a gestão de contratos de TI, o que compromete a eficácia, eficiência, efetividade e economicidade das contratações, especialmente no que se refere ao contrato celebrado com a Dataprev, por ser de importância estratégica para a Previdência Social.

A CGTI/INSS não realiza o monitoramento e controle dos serviços prestados pela Dataprev. Não há o aceite técnico das demandas de desenvolvimento e manutenção de sistemas pela área de TI. O aceite e pagamento dos serviços prestados são realizados com base nas informações de relatórios e sistemas da contratada, sem realização de confirmações ou batimentos com as informações das bases dos sistemas corporativos ou outras bases de dados de controle do INSS.

#### 4.16 Conteúdo Específico

### **NOVO MODELO DE GESTÃO - NMG**

No Relatório de Auditoria de Gestão nº 244083/2010, referente à avaliação das contas do INSS do exercício de 2009, esta CGU identificou indefinição de cronogramas, baixa implementação de objetivos e perda do foco da proposta original do Projeto Novo Modelo de Gestão – NMG.

Na análise realizada por esta CGU acerca da execução do NMG, concluiu-se que, considerando o caráter de continuidade que o projeto possui, o INSS necessitava rever os mecanismos e instrumentos do Projeto NMG, com vistas a medir e evidenciar: (i) os gastos e investimentos já realizados, e os que se pretendia realizar; (ii) as melhorias e os avanços efetivamente alcançados nas regras de negócios; (iii) as mudanças estruturais implementadas, e as ainda necessárias; (iv) os indicadores a serem utilizados para avaliar a evolução do Projeto; e (v) as conquistas, metas, desafios e resultados, esperados e alcançados, no médio e no longo prazos.

Dessa forma, recomendou-se ao gestor que providenciasse a designação formal do Gerente do Projeto com poderes e responsabilidades para um efetivo gerenciamento dos processos que envolvem o NMG, e a revisão dos instrumentos e mecanismos de medição e informações gerenciais pertinentes ao planejamento e execução do Projeto NMG no INSS, bem como a criação de indicadores de forma que se possa acompanhar e supervisionar o alcance de metas programadas.

Em justificativas e esclarecimentos apresentados pelo gestor foram apresentadas providências até o momento adotadas, evidenciando os esforços do Instituto para a correção efetiva das situações apontadas.

### **PLANO NACIONAL DE DESIMOBILIZAÇÃO - PND**

O Plano Nacional de Desimobilização – PND foi criado em 1989 com o objetivo de alienar os imóveis não operacionais do INSS, revertendo a receita para o Fundo do Regime Geral da Previdência Social - FRGPS, e possibilitando a redução dos custos com a manutenção desses imóveis.

As informações constantes do Relatório de Gestão 2010 indicam que o INSS alienou 74 (setenta e quatro) imóveis não operacionais no exercício de 2010, o que corresponde a aproximadamente 15% (quinze por cento) da meta estabelecida para a ação de Regularização e Desimobilização de Imóveis da Autarquia.

Os imóveis alienados foram avaliados pela Caixa Econômica Federal, sendo que 12 (doze) imóveis foram vendidos por preço superior à avaliação, e os demais foram alienados por preços iguais ou inferiores ao avaliado. Verificou-se que os percentuais de deságio estão dentro dos valores permitidos pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, que prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União.

Cabe destacar que o gestor vem adotando ações junto às Superintendências Regionais e Gerências Executivas, no sentido de promover cursos e treinamentos, visando dar celeridade aos processos de regularização e alienação dos imóveis.

Assim, em que pese a baixa execução da meta prevista para a Ação, a Unidade tem atuado no sentido de implementar os procedimentos necessários ao atendimento aos objetivos do Plano Nacional de Desmobilização - PND.

## **PLANO DE EXPANSÃO DA REDE DE ATENDIMENTO DO INSS – PEX**

O Plano de Expansão da Rede de Atendimento do INSS – PEX tem como objetivo ampliar, descentralizar e interiorizar a rede de atendimento ao segurado da Previdência Social. A meta é instalar 720 novas Agências da Previdência Social – APS, em cidades de porte médio, com mais de 20 mil habitantes, até 2012. Foram inauguradas, até agora, 57 dessas APS.

A maior parte da execução do PEX (as obras civis e a aquisição de mobiliário) se dá com recursos da Ação Orçamentária 116V – Instalação de Unidades de Funcionamento da Previdência Social. Das 70 unidades concluídas no âmbito desta Ação em 2010, 56 (80%) são relativas ao PEX. Há ainda execução nas Ações 8869 (levantamento planialtimétrico, sondagem de terreno e elaboração de projetos) e 3896 (aquisição de equipamentos de tecnologia de microinformática).

Os percentuais de execução física e orçamentário-financeira da Ação 116V foram baixos – 14,26% e 63,93%, respectivamente. Entre os fatores que influenciaram negativamente a execução do PEX, pode-se citar o grande quantitativo de obras a serem fiscalizadas, face à insuficiência de pessoal qualificado para exercer a fiscalização dos contratos e ao baixo índice de preenchimento de vagas no concurso público para a contratação temporária de engenheiros.

O acompanhamento sistemático da execução da Ação 116V por esta CGU, realizado ao longo do exercício, evidenciou problemas relativos a: insuficiência do projeto básico; orçamento-base, incluindo superestimativa de custos, ausência das composições de custos unitários e divergências de quantitativos e/ou especificações; limitações à competitividade do certame; falhas formais, incluindo ausência de registro de parecer favorável em vistoria do terreno, ausência de ART e/ou matrícula CEI, não comprovação de dotação orçamentária, falhas na formalização e/ou publicação do contrato, ausência de designação do gestor do contrato e/ou fiscal da obra, falhas e/ou ausência dos boletins de medição, e ausência de documentação obrigatória; sobrepreço; falhas na fiscalização, incluindo divergências entre os serviços executados e os contratados e superfaturamento relativo a quantitativos; atraso na execução do cronograma físico-financeiro; e



não aplicação de penalidades ao contratado pela Administração.

Considerando as causas identificadas para algumas dessas constatações, bem como a fixação de entendimentos, em caráter normativo, pelo Tribunal de Contas da União, foram estabelecidas recomendações estruturantes ao INSS – das quais 60% foram atendidas pela Autarquia até agora.

5. Entre as análises realizadas pela equipe, não foi constatada ocorrência de dano ao erário.

### **III - CONCLUSÃO**

Eventuais questões pontuais ou formais que não tenham causado prejuízo ao erário, quando identificadas, foram devidamente tratadas por Nota de Auditoria e as providências corretivas a serem adotadas, quando for o caso, serão incluídas no Plano de Providências Permanente ajustado com a UJ e monitorado pelo Controle Interno. Tendo sido abordados os pontos requeridos pela legislação aplicável, submetemos o presente relatório à consideração superior, de modo a possibilitar a emissão do competente Certificado de Auditoria.

Brasília/DF, 08 de julho de 2011.

<b>NOME</b>	<b>CARGO</b>	<b>ASSINATURA</b>
ANTONIO AUGUSTO BARBOSA BORGES DE LIMA	TFC	_____
CLAUDIA DE SOUZA LEITAO	AFC	_____
CRISTINA SILVA DA CONCEICAO	AFC	_____
MARCIA MARIA PACHECO MOREIRA	AFC	_____
MILTON MARCELO FERNANDES FERREIRA	AFC	_____